

**ATA DE REUNIÃO ANÁLISE DE PEDIDO DE ANULAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO  
COM BASE NO DIREITO CONSTITUCIONAL DE PETIÇÃO COM ARGUMENTOS DE  
RECURSO ADMINISTRATIVO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 009/2021.**

Aos 16 (dezesesseis) dias do mês de dezembro de 2021 (dois mil e vinte e um), reuniu na sala de Comissão Permanente de Licitação, à Pregoeira e sua respectiva equipe de apoio, para análise do PEDIDO DE ANULAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO do Pregão Eletrônico nº. 009/2021, que tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAIS DE INFORMÁTICA, COMUNICAÇÃO, SOFTWARES, SUPRIMENTOS PARA IMPRESSORAS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA RITA DO ITUAÇU/MG.**

**I - DA ADMISSIBILIDADE**

Trata-se de decisão de PEDIDO DE ANULAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO encaminhado pela licitante LICITA BRASIL SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA EIRELI.

Decorre que o direito de petição está previsto no inciso XXXIV, do artigo 5º da Constituição Federal do Brasil.

**II - DAS RAZÕES E DA FUNDAMENTAÇÃO**

Em suma, a licitante LICITA BRASIL SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA EIRELI., encaminhou pedido de anulação de ato administrativo via e-mail no dia 15 de dezembro de 2021, requerendo sua habilitação no pregão em epígrafe.

Alega ter apresentado todos os documentos junto ao portal BLL.ORG.

Afirma a necessidade de habilitação da licitante, com base no princípio da vinculação ao instrumento convocatório, com base no item 12.10 do edital. Sendo que a vinculação ao instrumento convocatório é princípio básico de toda a licitação. Neste sentido, descreve que o princípio da vinculação ao ato convocatório dirige-se tanto à Administração, como aos licitantes.

Por fim, requer que seja declarada vencedora do certame, pelo cumprimento integral de cláusulas editalícias e da legislação pertinente.

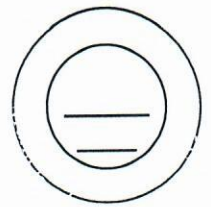
Vale a pena destacar que o processo licitatório deve sempre assegurar o cumprimento aos princípios que regem a Administração Pública, descritos no artigo 37 da Constituição Federal, do artigo 14 da Lei 8.987/1995, e ainda, no artigo 3º, caput da Lei nº. 8.666/1993, "in verbis":

*Almeida*





**Prefeitura Municipal de Santa Rita do Ituaçu**  
**CNPJ: 18.413.187/0001-10**  
**Santa Rita do Ituaçu - MG**



Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (grifo nosso)

Cabe ainda observar que o Edital, as peças que o compõem, bem como todos os atos praticados pela Administração Pública, têm respaldo quantos aos requisitos de legalidade das disposições ali contidas.

Insta frisar, que os princípios são normas que sustentam e servem de fundamento jurídico para o ordenamento, são os valores primordiais e as bases do sistema normativo da sociedade. Não são considerados apenas meras instruções ou sugestões para ações da iniciativa do Poder Público, eles dão a direção para as atividades, pois possuem verdadeira força vinculante.

Decorre que, após nova verificação junto ao sistema, constatou-se que os documentos exigidos no edital foram devidamente apresentados, com exceção ao item 12.1.1.9. (Certidão de Regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante).

A referida licitante apresentou apenas documento auxiliar da certidão de quitação plena pessoa jurídica junto aos documentos de habilitação, conforme fls. 18 e 19.

Conforme descrito no próprio documento, é claro e taxativo que o documento auxiliar é a representação gráfica da certidão de débitos e situação fiscal, não substituindo a certidão.

Desde forma, deve ser mantida a inabilitação da LICITA BRASIL SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA EIRELI., por não atendimento ao item 12.1.1.9 do ato convocatório.

Destacamos aqui o Artigo 41 da Lei nº. 8.666/1993, que descreve:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Ou seja, trata-se de segurança para o licitante, tanto para o interesse público, ao qual determina que a Administração deve observar as regras por ela própria lançadas no instrumento que convoca e rege a licitação. Ou seja, nada poderá ser criado ou feito sem que haja previsão no ato convocatório.

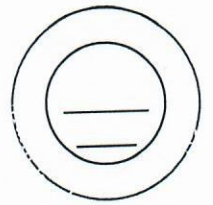
Neste sentido, o edital é fundado de validade dos atos praticados no curso da licitação, na acepção de que a desconformidade entre o

*Almeida*





**Prefeitura Municipal de Santa Rita do Ituaçu**  
**CNPJ: 18.413.187/0001-10**  
**Santa Rita do Ituaçu - MG**



editais e os atos administrativos praticados no curso da licitação se resolve pela invalidade destes últimos.

Segundo MEIRELLES, estabelecidas as regras do certame, tornam-se inalteráveis para aquela licitação, durante todo o procedimento. Portanto o edital é a lei interna da licitação, vinculando os termos para a Administração como para os licitantes. Deve revelar que se o edital estiver defeituoso, poderá ser corrigido em tempo hábil, através de aditamento ou expedição de um novo, consecutivamente com republicação e reabertura de prazo, desde que a alteração afete a elaboração das propostas (MEIRELLES, 2008).

Vejamos o que é repreendido pela jurisprudência, quanto ao Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório:

APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA POR AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. REJEITADA. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. DESCUMPRIMENTO DE REQUISITOS. IMPOSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. SENTENÇA MANTIDA. O colendo Superior Tribunal de Justiça possui entendimento no sentido de que não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes em defesa da tese que apresentaram. Deve apenas enfrentar a demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução (RESP 1726748/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/04/2018, DJe 24/05/2018). Tendo a sentença sido fundamentada, descabe o pedido de nulidade por ausência de fundamentação, devendo ser rejeitada a preliminar suscitada. O Mandado de Segurança constitui um remédio constitucional destinado à proteção a direito líquido e certo, contra ato ou omissão de autoridade pública ou agente imbuído de atribuições do Poder Público, nos termos do inciso LXIX, do art. 5º, da Constituição da República de 1988. O procedimento licitatório deve seguir as disposições contidas no edital, em respeito ao princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, como forma de garantir a isonomia, razoabilidade e igualdade entre os licitantes, a fim de se garantir a eficiência da Administração Pública, conforme previsto no art. 37, caput, da Constituição Federal. Não há nenhuma ilegalidade no ato praticado pela autoridade impetrada, tendo em vista que se a impetrante não cumpriu com as regras previstas no certame, consequentemente, ausente o direito líquido e certo a ser amparado pelo mandamus. Recurso não provido. (TJMG; APCV 5161743-58.2019.8.13.0024; Oitava Câmara Cível; Rel. Juiz Conv. Fábio Torres de Sousa; Julg. 02/07/2020; DJEMG 09/07/2020)

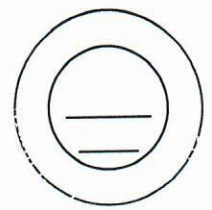
ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. INABILITAÇÃO DE EMPRESA LICITANTE. APRESENTAÇÃO EXTEMPORÂNEA DA CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL. OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. VÍCIO INSANÁVEL. RECURSO NÃO PROVIDO. O princípio da vinculação ao instrumento convocatório torna imprescindível a observação dos limites constantes do corpo do edital, o qual é a Lei interna do concurso e vincula não apenas os concorrentes, como também a Administração, de forma que as decisões devem ser tomadas em harmonia com as cláusulas editalícias, sob pena de configuração de ilegalidade. Não

*Delixina*





**Prefeitura Municipal de Santa Rita do Ituaçu**  
**CNPJ: 18.413.187/0001-10**  
**Santa Rita do Ituaçu - MG**



comprovado o preenchimento de requisito objetivo expressamente previsto no edital do certame público pela recorrente, a tempo e modo, confirma-se a decisão que concedeu a segurança. (TJMG; AC-RN 5062717-87.2019.8.13.0024; Primeira Câmara Cível; Rel. Des. Alberto Vilas Boas; Julg. 12/05/2020; DJEMG 14/05/2020)

APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA. INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. VINCULAÇÃO. OBSERVÂNCIA AOS TERMOS DO EDITAL. AUSÊNCIA. PRINCÍPIO DA ISONOMIA. O princípio da vinculação ao edital se traduz na regra de que o instrumento convocatório faz Lei entre as partes, devendo ser observados os seus termos até o encerramento do certame. Não tendo a licitante comprovado o atendimento aos critérios previstos no instrumento convocatório, não se mostra possível suspender o procedimento licitatório, tampouco suspender eventuais contratações dele decorrentes, até para preservar o princípio da isonomia entre os participantes. (TJMG; APCV 0042559-86.2018.8.13.0071; Boa Esperança; Oitava Câmara Cível; Rel. Des. Alexandre Santiago; Julg. 05/03/2020; DJEMG 17/03/2020)

Pois bem, o procedimento licitatório deve obedecer às disposições do ato convocatório, visando garantir a Administração, bem como aos licitantes, a isonomia, razoabilidade e igualdade.

O interesse público decorre do dever do Estado, enquanto voluntária organização de toda uma população, de servir aos anseios desta, oferecendo bons serviços, respeitando direitos, garantindo a segurança, e não apenas estipulas deveres a sociedade.

Assim, a inabilitação da licitante LICITA BRASIL SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA EIRELI., deve ser mantida por não atendimento ao item 12.1.1.9 do ato convocatório, ou seja, não apresentou a Certidão de Regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante.

Destaca-se que, por se tratar de petição de pedido de anulação de ato administrativo, e não de recurso administrativo, não há previsão legal para envio da mesma para julgamento da autoridade superior.

### **III - DA DECISÃO**

Diante do exposto, **CONHECEMOS** da petição enviada pela licitante LICITA BRASIL SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA EIRELI., para **NEGAR PROVIMENTO** quanto ao mérito, mantendo a sua inabilitação por não atendimento ao item 12.1.1.9 do ato convocatório.

Santa Rita do Ituaçu/MG, 16 de dezembro de 2021.

  
**ANA PAULA MARTINS DE OLIVEIRA**  
Pregoeira